

Entrevista: Rachel Valença e a Casa de Rui Barbosa*

Rachel Valença

QUAL A RAZÃO DA IMPORTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA no conjunto dos acervos literários do Brasil?

Foi mais ou menos casual. A Casa de Rui Barbosa é de 1930. O governo a comprou em 1923, quando Rui morreu, mas só em 1930 foi aberta ao público como museu. O Centro de Pesquisas vai fazer cinquenta anos em 2002: foi criado em 1952. O que nós chamamos Arquivo-Museu de Literatura Brasileira é mais recente ainda, faz trinta anos no ano que vem. Quando a Casa foi pensada, sentiu-se a necessidade de complementar a atividade de um simples museu com a atualização do pensamento de Rui Barbosa. Achou-se que abrir a Casa à visitação, manter os objetos e os acervos que pertenceram a Rui, não era homenagem suficiente, porque Rui Barbosa foi um intelectual muito atuante, muito ligado ao seu tempo. Seria cruel reduzi-lo à memória, só. Em 1952 pensou-se em criar um centro de pesquisas que trabalhasse nas áreas em que ele atuou, Direito, Filologia e História, e também no estudo específico de sua vida e sua obra.

Até que ano não havia o Centro de Pesquisas?

Até 1952, embora, por exemplo, as atividades editoriais da Casa tenham começado em 1942, quando saiu o primeiro tomo das obras completas de Rui. Só dez anos depois sentiu-se a necessidade de estruturar essa atividade num centro. Mas só

* Entrevista a Walnice Nogueira Galvão. Publicada no *D.O. Leitura*. Publicação cultural da Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, ano 19, nº 7, julho de 2001.

trabalhávamos com o acervo de Rui Barbosa. Foi mais ou menos por acaso que em 1972 começaram a vir para cá acervos de outros escritores, arquivos literários. Isso se deveu a uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, publicada em 11 de julho de 1972. Ele escreveu que no Brasil havia museu de tudo, mas ninguém se preocupava em fazer um museu de literatura, para preservar a tradição escrita brasileira. Drummond era um colecionador muito organizado, tinha seu arquivinho particular, recortava jornais e guardava os recortes. O dr. Plínio Doyle, que tinha também aquela cabeça de colecionador, comprava livros em várias edições, guardava documentos, tudo, mostrou a crônica ao dr. Américo Jacobina Lacombe, que era o presidente da Casa de Rui Barbosa...

O Plínio era diretor e o Lacombe...

...o dr. Plínio viria a ser diretor mais tarde, nessa época era apenas amigo do dr. Lacombe, que era presidente da Casa. Ele se entusiasmou com a idéia de criar na Casa de Rui Barbosa esse arquivo-museu de que falou o Drummond. Então começaram as doações. Antônio Carlos Vilaça, Thiers Martins Moreira, vários escritores contribuíram. O dr. Plínio foi um dos primeiros a doar os seus guardados, como o manuscrito de um poema inédito de Machado de Assis, "Os Pássaros".

Você já estava aqui?

Não, eu entrei em 1977. Durante muito tempo esse Arquivo-Museu de Literatura não pertenceu ao Centro de Pesquisas, era autônomo. Depois, passou a pertencer ao Centro de Documentação. Sua integração ao Centro de Pesquisas se deu porque a gente observou que o que ali havia era muito mais próximo da pesquisa do que da documentação. A razão de ser daqueles documentos, aqui, é o pesquisador. Temos pesquisadores da Casa, e também pesquisadores de fora, que trabalham com aqueles documentos. Eles não estão aqui só para serem vistos, mas principalmente para que se trabalhe com eles. Há várias razões para que as pessoas se interessem em fazer tais doações para nós, e uma delas é essa: não é um arquivo morto, que se limita a guardar

os documentos, está aberto à pesquisa. Atualmente temos aqui arquivos completos de 71 escritores...

Tudo isso?

...71 escritores. E documentos esparsos de vários outros.

Você poderia mencionar alguns dos nomes mais importantes?

O mais procurado é o de Clarice Lispector. Drummond também é muito consultado. Temos, há pouco tempo, quase dez anos, o arquivo do Vinícius de Moraes, que a família doou e é muito procurado. Temos o de Pedro Nava, que considero importantíssimo: estamos publicando o inventário agora, sai daqui a um mês. Há ainda Manuel Bandeira, Lúcio Cardoso... Um que considero muito importante, muito procurado, mas pouco trabalhado, é o do Cornélio Pena. É riquíssimo, como o do Pedro Nava, porque tem uma coleção de desenhos dele, que considero uma preciosidade.

São inéditos?

Inteiramente: ninguém nunca os publicou.

Tem gente trabalhando nisso?

No momento, não. O arquivo já está totalmente organizado, há uma coleção enorme de desenhos, os originais dos romances dele, alguns manuscritos, outros datiloscritos com emendas manuscritas. Uma coisa preciosíssima, porque Cornélio Pena é um escritor muito importante e o material está muito bem organizado e em bom estado. Digo organizado porque nem tudo que temos está assim: nós temos, por exemplo, o manuscrito do romance *Canaã*, do Graça Aranha. É uma jóia, mas está ainda completamente desorganizado, é um desafio. Em geral os acervos nos chegam desorganizados. Só Drummond e Plínio Doyle nos chegaram praticamente prontos para serem consultados. Mas isso não é problema. Muitas vezes a família fica adiando a doação, pretende arrumar primeiro para nos doar. Nossa política é tentar convencer os herdeiros de que nós é que devemos organizar, podem nos doar de qualquer maneira,

porque nossa tarefa começa com a organização. O de Vinícius de Moraes, por exemplo, era enorme e muito confuso.

Ele não tinha cabeça para isso, era um boêmio.

Não tinha: veio tudo misturado. A organização levou dois anos para ser concluída, mas valeu a pena. No caso do arquivo de Pedro Nava, por exemplo, obtivemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e trabalhamos com bolsistas que são treinados aqui. O trabalho do arquivo é muito importante também porque forma mão-de-obra especializada.

A família do Drummond é uma exceção...

Drummond começou a doação em vida. Mesmo as coisas que vieram depois da morte dele eram organizadíssimas. Ele fazia índices dos recortes, indexava tudo, tinha uma cabeça de arquivista...

Sendo o gênio poético que era, não combina, não é?

Não combina, mas ao mesmo tempo tem tudo a ver. Era, na verdade, uma pessoa muito interessante. Ele doou grande parte em vida. Depois que o escritor morre, às vezes é complicado para a família fazer a doação. A família tende a reter os documentos, como lembrança. É muito compreensível. Ou tem medo de que no meio do material doado haja documentos comprometedores, que vão prejudicar a imagem do escritor. Nesse ponto somos muito criteriosos; tudo que possa comprometer o próprio escritor ou terceiros é submetido à família para decidir da conveniência de ser aberto ao público, e quando. Se não se faz a doação, o tempo vai passando, aquela pessoa vai ficando mais longínqua, aquele material vai se desorganizando, se deteriorando, se perdendo. E outra coisa: numa casa, num lar, aqueles documentos não podem ter o aproveitamento que teriam numa instituição pública, porque nenhuma família pode estar sempre à disposição do pesquisador. Eu cito o exemplo do acervo de Ana Cristina César. Desde que ela morreu, seus pais mantiveram contato conosco sobre a

possibilidade de doar seus documentos, que estavam, como os de Drummond, organizadíssimos. Conversávamos com eles sobre isso, fazíamos planos, mas a mãe resistia à doação, por razões afetivas. Depois da morte da mãe, de fato a idéia da doação se tornou mais viável, mas o material acabou indo para o Instituto Moreira Salles.

Não veio para cá?

Não. Foi doado para a sede carioca do Instituto Moreira Salles, na Gávea, quando foi inaugurada, há uns dois ou três anos. Eu fiquei decepcionada, é claro, de não ter as coisas da Ana aqui, mas sei que lá estão muito bem também. Sempre é melhor estar no Instituto Moreira Salles do que em casa. O pai, Waldo César, nos contou que, quando o material ainda estava com a família, pesquisadores iam lá, não se podia parar tudo para acompanhar cada gesto do consulente, de modo que roubaram um caderno da Ana Cristina, um de seus preciosos cadernos. Foi inevitável. Isso para não falar no risco de deterioração física, porque o papel vai se estragando, a umidade aqui no Rio atua bem negativamente sobre o papel. E há também esse risco de muita coisa se perder, deixar de ser localizada, porque os documentos vão sendo consultados sem método. Numa instituição eles são catalogados, inventariados, indexados e guardados em condições adequadas à preservação do papel, em condições técnicas ideais. Eu acho que o lugar desses documentos é numa instituição pública. No caso de Graça Aranha, do manuscrito de *Canaã*, até hoje não tivemos condições de organizá-lo... Eu mesma, quando era pesquisadora, me lancei a essa tarefa. Mas não é simples, é trabalho para uma equipe. Às vezes, ele escrevia cinco vezes um capítulo. Então, é necessário preparar uma edição crítica para estabelecer a cronologia daquelas cinco versões de um mesmo capítulo.

Em que estado se encontra o papel desse manuscrito?

Muito bom: não precisa ser restaurado, em nada.

Como vocês fazem quando o documento precisa ser restaurado?

Aqui na Casa temos um laboratório de conservação e restauração de documentos gráficos. O Centro de Documentação compreende a biblioteca, o arquivo de Rui Barbosa, o museu propriamente dito, e esse laboratório. Ele surgiu para atender às necessidades internas da Casa de restaurar os documentos, mantê-los em condições ideais. Foi pioneiro aqui no Brasil e é muito conceituado em toda parte, foi responsável pela formação e treinamento de quase todos os conservadores-restauradores em nosso país. Por exemplo, o laboratório da Biblioteca Nacional é filhote do nosso. A chefe do laboratório, Maria Luísa Soares, viaja pelo mundo inteiro, levando técnicas aqui desenvolvidas para resolver o problema da umidade, tão crucial aqui no Rio de Janeiro. Um exemplo de trabalho pioneiro desenvolvido aqui: alguns cômodos da casa de Rui Barbosa eram forrados com papel de parede, que com o tempo se deteriorou. Os museólogos não queriam substituí-lo por um papel de parede moderno. Então foi feito um trabalho de restauração do papel de parede. Eles retiraram o papel, preencheram cuidadosamente os pontos em que havia aqueles furos...

É obrigatório preencher com celulose...

Com celulose. O laboratório é muito bem equipado. São pouquíssimos assim, no Brasil. Nós recebemos aqui, periodicamente, a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores, a Abracor, presidida atualmente pela Maria Luísa Soares, e é impressionante como a classe é organizada.

A Guita Mindlin, uma grande especialista, foi presidente.

Nós nos orgulhamos de que a dona Guita tenha aprendido os primeiros passos aqui, no nosso laboratório. Ela fez um curso aqui, há muitos anos, no final da década de 70, por causa da biblioteca do dr. Mindlin, e acabou se profissionalizando. A associação se reúne periodicamente aqui na Casa. Nosso laboratório tem uma visibilidade muito grande e reconhecimento no exterior.

E você desistiu de fazer o Canaã?

Não. Eu não desisto de nada. Mas neste momento o Centro de Pesquisas me absorve totalmente, há dois anos eu faço meus trabalhos filológicos espremidos entre uma coisa e outra, porque isso aqui é uma loucura, consome quase todo o meu tempo. São seis setores subordinados a mim. O de Filologia, que é a minha área, eu acompanho de perto. Há os projetos em andamento, os seminários, para os quais conseguimos trazer gente interessante de fora do País para dialogar conosco. E mais o setor de Direito, que também é muito atuante: agora, por exemplo está fazendo uma pesquisa sobre a influência de Rui Barbosa na primeira constituição republicana portuguesa. A república em Portugal foi tardia, em 1910, e a chefe do setor, Margarida Camargo, observou que aquela primeira constituição republicana seguia uma linha diferente das outras constituições européias, a linha norte-americana. Como é que Portugal chegou a esse pensamento constitucional tão longínquo do resto da Europa? Sua hipótese é que foi via Rui Barbosa. Ela está desenvolvendo essa pesquisa, viajou, foi a Portugal, encontrou documentos que comprovavam as leituras de Rui feitas pelos constitucionalistas portugueses. Tudo isso a partir da biblioteca de Rui: ela começou a ver que havia constitucionalistas portugueses daquela época elogiando Rui em dedicatórias, formulou essa hipótese e começou a pesquisa. É uma coisa distante da minha área de trabalho, mas eu tenho de acompanhar. E há também o setor Ruiano, que cuida só da vida e da obra de Rui.

Você falou de três setores. Que mais?

Temos ainda o setor de História, numericamente o maior, que também é muito atuante, com sua linha de pesquisa ligada à história da imprensa - não podemos esquecer a atuação de Rui como jornalista. Trabalhamos muito com a charge, acabamos de organizar a exposição "Do Guarani ao Guaraná", os quinhentos anos do Brasil vistos pelos olhos da charge, que foi um sucesso, com um número surpreendente de visitantes. E há o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, com seus acervos, com todos esses projetos em andamento com o CNPq, com a Faperj, que é preciso acompanhar. E o setor de Editoração, que acabou vindo para o Centro de Pesquisas e é o mais carente em termos de pessoal. Para manter nosso padrão de excelência editorial,

acompanho as publicações pessoalmente. É muita coisa. E você sabe que os órgãos públicos estão minguando...

Estão minguando em tudo.

No tocante a pessoal é uma coisa gritante. Muitos se aposentaram, outros pediram demissão voluntária, a gente não tem mais mão-de-obra suficiente.

Vocês podem repor os quadros?

Não podemos. Nós temos aqui, no Centro de Pesquisas, dezenove vagas de pesquisadores. Dezenove. Numa casa que já teve 150 funcionários, hoje somos cem. Cem pessoas para tocar tudo. E o trabalho continua o mesmo, se é que não aumentou. Com dezenove vagas de pesquisador, como é que se trabalha? Os salários estão congelados há anos, muitos pesquisadores preferiram ir para a universidade, onde se encontraram fórmulas paliativas para aumentar os salários, gratificações por isso e por aquilo...

E os funcionários daqui, dão aulas em outros lugares.

A acumulação de um cargo técnico com o magistério é permitida por lei. Muitos pesquisadores dão aulas em universidades, e para a Casa de Rui Barbosa esse intercâmbio é bom, muito saudável. Mas por outro lado é sacrificante para o pesquisador. Mas há uma coisa aqui, muito boa, que anima a gente a prosseguir: a Casa, pelo menos para nós, que somos antigos, estamos aqui há muitos anos, é como se fosse nossa. A gente faz as coisas, trabalha, se dedica muito, porque acha importante. Se o próprio governo às vezes não vê importância no que fazemos, nós vemos e continuamos fazendo. Antigamente pertencíamos ao Ministério da Educação, agora somos do Ministério da Cultura...

Vocês são um órgão federal? Pensei que fosse estadual.

Somos um órgão federal. E nos acostumamos a trabalhar com orçamento muito reduzido. O orçamento do Ministério da Cultura já é reduzido em relação a outros

ministérios, e o da Casa de Rui Barbosa é minúsculo. A nossa atual diretora de administração veio trabalhar aqui, há alguns anos, vinda da Legião Brasileira de Assistência, que havia sido extinta. Mostraram a ela o orçamento da Casa, ela examinou e disse que preferia que lhe mostrassem o orçamento do ano todo, preferia trabalhar no agregado, usou uma dessas expressões de administração. Aí responderam: esse é o orçamento do ano todo. Era tão pouco que ela achava que era de um mês. Com o orçamento sempre muito reduzido, a gente se habituou a trabalhar em parceria: se vamos fazer um evento, mandamos projetos para a Capes, CNPq, Faperj, Vitae... O *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* foi concluído no ano passado com apoio da Vitae. Tudo aqui é feito dessa forma, com parcerias. Curioso: nós pedimos dinheiro até ao Ministério da Cultura, ao qual pertencemos. Recorremos ao Fundo Nacional de Cultura, embora a gente seja do Ministério. Somos obrigados a pedir dinheiro a ele, concorrendo com proponentes de fora. Trabalhar com pouco dinheiro não é novidade para nós. Agora, o que é muito difícil é essa questão de pessoal. Mesmo com soluções como terceirização, ou recebermos bolsistas eventuais...

Vocês têm essa possibilidade?

Sim. Temos pesquisadores, bolsistas do CNPq ou da Faperj, que desenvolvem projetos sobre nosso acervo por um tempo determinado. Recebemos jovens com bolsas de iniciação científica, que aprendem muito aqui. Mas quando aprendem tudo saem, porque a Casa não pode absorvê-los. O que faz falta é o pesquisador que tenha uma história, que permaneça, que acompanhe a trajetória da Casa. Essas pessoas vão se aposentando, vão se afastando, e qual a nossa aflição? Um dia todos nós teremos ido embora, como é que se vai transmitir essa história?

Como fazer para passar o bastão?

Isso mesmo. Fica uma lacuna. Eu entrei aqui em 1977, por concurso. O último concurso para pesquisador foi em 1982. Pessoas que ingressaram em 1982 têm de Casa só cinco anos menos que eu. De 82 para cá não entrou ninguém, há vinte anos não entra

ninguém. Isso é uma coisa preocupante. Nós temos, por exemplo, o setor Ruiano, que trabalha com a vida e a obra de Rui Barbosa. A chefe, Rejane de Almeida Magalhães, tem muitos anos de serviço público, nos quais reuniu um conhecimento impressionante sobre a vida de Rui Barbosa. Ela sabe tudo, tem uma cabeça fantástica, você diz um trecho de Rui Barbosa e ela localiza de imediato. Por mais que tenha organizado os arquivos - agora até no nosso *site* na Internet estão duas mil frases e pensamentos de Rui localizados nas obras completas -, no dia em que ela se aposentar, estaremos perdidos. Mas nós não somos eternos. Era preciso ter aqui gente jovem, entrando a cada cinco anos. Esta semana esteve aqui um rapaz que é descendente de Cornélio Pena. Esse escritor tem muitos descendentes, distribuídos por vários ramos...

Os descendentes podem criar problemas...

Às vezes criam problemas, sim. Mas em geral mantemos com os herdeiros um bom relacionamento. O melhor exemplo disso são os netos de Drummond, nossos grandes parceiros quando se trata de divulgar a obra do avô. Participam muito, confiam demais no nosso trabalho, têm uma atitude positiva. Esse herdeiro de Cornélio Pena nos procurou exatamente por causa de um problema de direito autoral: uma editora que estaria publicando a obra sem autorização da família. Expliquei que nós cuidamos do acervo, não somos agentes literários. Só damos cópia do material mediante esclarecimento sobre a pesquisa que a pessoa está desenvolvendo e com autorização da família. Ele é de São Paulo, mas como estava no Rio veio até aqui e viu pela primeira vez o acervo de Cornélio Pena. Ficou maravilhado. Está fazendo mestrado em Teoria da Literatura na USP...

É o meu departamento...

Para meu gosto, o acervo do Cornélio é um prato cheio, tudo já catalogado, arrumado em caixinhas muito bonitas... Eu falei a ele da importância de trabalhar com esse material. Mas ele alegou que para a dissertação de mestrado já tem em vista outro tema, está mais voltado para outro tipo de estudo.

Trata-se de algo de ordem mais geral: é difícil conseguir que os orientandos façam trabalho de pesquisa de arquivo. Eles querem sentar e escrever o que sair da cabeça deles sobre o pessimismo em Machado de Assis, coisas assim: campos em que já há milhares de trabalhos, e não sobre material de arquivo.

O que me aflige é que as pessoas não vêem que estamos em débito, em atraso com esses trabalhos. É um crime haver aqui tanto material não aproveitado em trabalhos acadêmicos. Paralelamente, nós temos na biblioteca a coleção Plínio Doyle, que tem todas as edições de todos os escritores brasileiros que você possa imaginar. Então, você faz tudo neste prédio, não precisa nem sair daqui. Fico triste porque vejo quanta coisa há para ser feita e as pessoas jogando fora o tempo com assuntos já batidos. É nessa hora que me entristece termos tão poucos pesquisadores da Casa em atividade: ficamos na dependência dos de fora. Enfim, eu tentei ao menos convencer aquele jovem a fazer o *site* de Cornélio Pena na Internet, mostrei os desenhos, ele se encantou com o que viu e ficou de trazer o irmão, que é *designer*, para ver os desenhos. Quem sabe ele começa fazendo o *site* e toma gosto. Mas veja a minha estratégia: disse a ele que vamos digitar a obra, vamos tentar conseguir recursos do Fundo Nacional de Cultura para fazer o *site*, mas que versão vamos utilizar? Que versão de *A menina morta*, por exemplo, nós vamos tornar disponível na Internet? Não podemos sair digitando coisas erradas. Então vamos embutir, não digo que seja uma edição crítica, mas um cotejo de edições, para fazer uma edição fidedigna para colocar no *site*.

Quem vai fazer o trabalho manual, digitar tudo isso?

Com dinheiro tudo se consegue. Se o Fundo Nacional de Cultura nos financiar, a gente bota as pessoas para trabalhar. Temos agora em andamento um projeto com as crônicas do Drummond, para seu centenário, que será no ano que vem. Com apoio do fundo. São seis mil crônicas, boa parte, inédita em livro.

É um projeto de editoração?

O neto dele, Pedro, quer ter, no ano que vem, toda a obra do Drummond disponível na Internet. As crônicas eram um problema, porque muitas não foram publicadas em livro.

Mas como o Drummond recortava os jornais e colava as crônicas em cadernos, a gente tem – pelo menos quanto aos principais jornais, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* – tudo organizado por ele e também por Plínio Doyle. Agora estamos buscando os trabalhos do início da carreira, quando ele escrevia sob pseudônimo...

Só o que há de inédito dará quantos volumes?

Não sei, pelo menos uns quatro volumes: quatro livros de crônicas inéditas.

O Júlio Castañon Guimarães, que trabalha aqui, está recolhendo os poemas que ficaram perdidos por aí. Só poemas o Drummond publicou em setenta jornais diferentes.

Quando essa pesquisa começou, em 92 ou 93, para o estabelecimento do texto crítico definitivo da obra poética de Drummond, não se imaginava a quantidade de versões de poemas publicados em periódicos que iríamos encontrar. Impressionante: é muita coisa. E este é um bom exemplo de trabalhos que não se fazem em três dias. É um trabalho lento, metucioso, e nem sempre é compreendido, porque hoje em dia o raciocínio das pessoas é imediatista. Um trabalho desse porte não dá para calcular quando termina.

E o que se está preparando para o centenário do Drummond?

Existe já há dois anos um fórum, criado lá em Itabira, onde o poeta nasceu, do qual a Casa de Rui Barbosa faz parte, para preparar as atividades comemorativas do centenário. Tem muita coisa programada, entre outras uma exposição itinerante para percorrer o País. Na semana passada esteve aqui o Ângelo Osvaldo, que é secretário de Cultura de Minas Gerais, para conversar conosco e com os herdeiros sobre o centenário de Drummond. Os eventos comemorativos são importantes, mas nossa posição é clara: para nós cultura não é sinônimo de evento. Nossa contribuição para o centenário do Drummond será ajudar a tornar a obra dele conhecida. Se ele teve a preocupação e o cuidado de colar as crônicas num álbum, e este álbum se encontra em nosso poder, não podemos deixar isso morto aqui e sim tornar público.

Quem está coordenando tudo é o Governo de Minas Gerais?

Não, é a família, os netos. Todo ano, no aniversário do Drummond, 31 de outubro, esse fórum se reúne em Itabira, de maneira muito festiva, para fechar coisas da programação, que é extensíssima. Mas a nossa participação vai começar por aí, no ano que vem temos de estar com esse projeto pronto, as seis mil crônicas disponíveis. O material está sendo escaneado e passa depois por uma revisão cuidadosa. E indexação, para facilitar a consulta. Estamos fazendo índice onomástico, índice de assuntos e índice de vocábulos. O índice de vocábulos é fundamental. Tenho o sonho de fazer o da obra de Rui, mas é mais complicado, por causa da extensão, 170 volumes não é brincadeira. Mas estamos fazendo o de Drummond, de modo que breve será possível mostrar qual é o universo vocabular de Carlos Drummond de Andrade. Isso é uma coisa que fica, é permanente. Se vai ter uma banda de música, se vai haver uma revoada de pássaros, é uma coisa que acontece e passa. Acho importante acontecer, mas não é nosso papel: nosso papel é algo mais permanente. Então, estamos muito animados.

Vocês vão cuidar da obra?

Da obra. Na semana passada, na inauguração da Bienal do Livro, onde houve uma homenagem ao Drummond...

Precoce!

Precoce porque, na verdade, a Bienal do Rio sendo nos anos ímpares, em 2003 o centenário já terá passado. O neto Pedro esteve lá e em suas entrevistas disse que a Casa de Rui Barbosa está fazendo a parte mais importante. A família tem essa visão positiva sobre o nosso trabalho.

O neto é o herdeiro?

Na verdade são três os herdeiros, todos filhos da Maria Julieta, a única filha. Mas o mais atuante, o que se dedica mais à memória do avô, é o Pedro. Nossos interesses não conflitam com os dos herdeiros. A Casa de Rui Barbosa não tem nenhum fim lucrativo, fazemos tudo como uma forma de retribuir aos escritores a confiança em nós

ao depositarem seus acervos aqui. Nossa ação é sempre com o objetivo de divulgar os acervos, induzir as pessoas a trabalharem com o que temos aqui.

Você é diretora do Centro de Pesquisas. Quem é o presidente?

É o Mario Brockmann Machado, presidente desde 1995. Já tinha sido diretor executivo no início da década de 80, por isso conhecia muito bem a Casa.

Isso é bom.

É importante ter nas funções de direção pessoas com uma história na instituição. Aqui no Centro de Pesquisas pela primeira vez a direção é ocupada por um pesquisador com carreira na Casa. Ele tem essa preocupação, prestigia muito o corpo técnico, e isso tem sido muito bom. Pessoas de fora têm, também, uma função importante, porque são cabeças com visão nova, às vezes dá muito certo. É o caso da Magaly Cabral, diretora do Centro de Documentação. Não está na Casa há muito tempo, mas é como se estivesse: integrou-se completamente e sua vinda acabou mudando muita coisa que precisava mesmo de mudança. Mas é claro que para quem já conhece a instituição o trabalho é mais fácil.

Há algum plano seu de que não falamos?

Eu sou visionária, não me atendo à realidade. Você sabe, o Ministério da Cultura está passando por uma reformulação, com o nome de planejamento estratégico. Cinco ministérios foram "submetidos" a essas consultorias contratadas para dar um diagnóstico sobre sua atual estrutura. Isso me deixa insegura, porque pessoas da área de planejamento, que trabalham com aquelas "relações custo-benefício", têm em geral uma cabeça muito diferente da nossa. Os consultores ficaram aqui na Casa de Rui Barbosa um tempo, conversaram com as pessoas, com os diretores. E eu intranquila, porque não me preocupo com essa relação custo-benefício. Acho que quando se trata de cultura, o órgão público que trabalha com cultura no Brasil na verdade está fadado ao prejuízo. Não se pode pensar prioritariamente em lucro, pois ao Estado cabe a

promoção de atividades de qualidade que não sobrevivem sozinhas no mercado. E estas não são lucrativas, é óbvio.

A França subsidia até cinema.

E é a França, não é? Mas entre nós os administradores da área de planejamento se preocupam com coisas assim: vocês fizeram uma edição de tantos exemplares, venderam tantos, doaram tantos... Não, não é por aí. Se nós editássemos Paulo Coelho venderíamos muito, não há dúvida. Mas não cabe a nós editar Paulo Coelho, qualquer coisa que dê lucro fica para a iniciativa privada. Nós temos de fazer o que é importante, ainda que com prejuízo. Por exemplo, o *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval*: quantas pessoas no Brasil e no mundo se interessam por isso? Mas tem de ser feito. Trata-se do conhecimento e estudo da língua portuguesa, nossa missão. Houve várias reuniões de todos os órgãos da cultura, Funarte, Patrimônio Histórico, Biblioteca Nacional, Palmares, nós, com esses consultores e foi aquela choradeira de sempre, todos reclamando muito, nós também, porque não conseguiam fazer nem o que estava planejado. Numa dessas reuniões, eu disse que tenho um plano, uma coisa importantíssima, que gostaria de fazer aqui. Já que temos o setor de Editoração dentro do Centro de Pesquisas, acho que editoração deveria ser tema de pesquisa na Casa de Rui Barbosa. Porque a história da editoração no Brasil não está suficientemente pesquisada. Fico aflitíssima, porque fiquei sabendo, por exemplo, que o acervo todo, o espólio da Editora José Olympio fica num galpão num subúrbio aqui do Rio. O que deve haver nesse galpão me deixa em cócegas. Exemplares de romances de Rachel de Queiroz, livros de poemas do Drummond, volumes de Guimarães Rosa, certamente com emendas dos autores: quase todos os nossos escritores foram editados pela José Olympio, que era a editora mais importante do País nos anos 30, 40, 50. Enquanto o acervo do José Olympio, pessoa física, está aqui, esse material deve estar lá se perdendo, se estragando. Esse acervo deveria ser incorporado à Casa, para dar início a essas pesquisas sobre a história da editoração no Brasil. E sabe por que é engraçado? Porque o nosso setor de Editoração, para o qual eu tenho um plano tão ambicioso, ocupa um espacinho mínimo onde se espremem quatro funcionários. E eu deliro. Aqui a gente tem um problema muito grande de falta de espaço. Toda vez que

falo em doação de novos acervos, quase me lincham, pois vamos guardar onde? É uma pena, os tempos hoje são outros. Quando Plínio Doyle quis criar aqui um arquivo literário, já pensou se o dr. Lacombe tivesse dito que não havia espaço? Hoje não teríamos o acervo que temos. Outro exemplo: temos aqui o nosso acervo de literatura de cordel.

Uma preciosidade...

Pertenceu ao Manuel Cavalcanti Proença, que o doou à Casa. Está catalogado, organizado, disponível. Temos dez mil folhetos, alguns com mais de cem anos. De vez em quando se questiona se não estariam melhor no Museu do Folclore, que também tem uma biblioteca riquíssima e é uma instituição modelar. Eu costumo responder brincando que concordo com a ida dos folhetos para lá, desde que passando por cima do meu cadáver. O maior patrimônio da Casa, nosso maior bem, são os acervos. Como os acervos ocupam espaço, tendemos a achar que só podemos manter o que temos. Mas daqui a trinta anos a Casa de Rui Barbosa não será mais importante, se nada de novo for incorporado. Apesar de não ter espaço, não ter dinheiro e não ter pessoal, queremos fazer muito mais coisas. Agora, por exemplo, soube que há um material que pertenceu à RioArte, uma instituição municipal que mantinha um centro de referência de imprensa alternativa, reunindo jornaizinhos do que se convencionou chamar imprensa nanica. Por mudança de direção e de orientação, a coleção foi doada ao Arquivo-Geral da Cidade. Soube que no momento o material está em uma sala e não é aberto à consulta porque não está organizado. Eu queria muito trazê-lo para cá, para complementar o riquíssimo acervo de periódicos da coleção Plínio Doyle. Daqui a cinquenta anos esse material também vai ser histórico. Temos de nos atualizar sempre. Tenho muitos planos, mas eles esbarram nessas dificuldades: espaço, recursos, pessoal. Apesar de tudo, a gente não pode deixar de querer fazer as coisas. Pode até querer e não conseguir, mas no dia em que a gente deixar de querer, Deus me livre, aí é o fim.